

# Contribuições Clássicas Para Um Desafio Contemporâneo: Reflexões Sobre A Desigualdade Econômica Global

Paulo Sergio Santos Paiva, Prof. Dout.  
*Universidade do Estado do Amazonas / UEA*

Vinícius Reis de Souza Paiva, Prof. Me.  
*Universidade do Estado do Amazonas / UEA*

Marinete Reis de Souza Paiva, Prof.<sup>a</sup> Esp.  
*Instituto Federal do Amazonas / IFAM*

Marcello Pires Fonseca, Prof. Dout.  
*Universidade do Estado do Amazonas / UEA*

Francisco Lúcio Pinto de Lima, Prof. Dout.  
*Universidade do Estado do Amazonas / UEA*

---

## **RESUMO**

*Este artigo propõe algumas reflexões sobre a desigualdade econômica global, a partir dos conceitos e teorias desenvolvidas por pensadores clássicos sobre a Economia. Dentre os clássicos, foram selecionados, Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman. O artigo faz um levantamento abrangente dos principais conceitos dos teóricos em questão e propõe reflexões sobre como poderiam abordar o desafio contemporâneo da desigualdade econômica global e quais contribuições poderiam oferecer para compreensão desse fenômeno geopolítico e socioeconômico de alta complexidade.*

**Palavras-Chave:** Economia. Teorias. Desigualdades. Ordem Social. Capital.

---

Date of Submission: 05-07-2024

Date of Acceptance: 15-07-2024

---

## **I. INTRODUÇÃO**

A desigualdade econômica, no mundo globalizado, com mais de 7 bilhões de habitantes, se constitui em grave problema social que demanda enfoques teóricos diversificados. A desigualdade econômica é um fenômeno multidimensional, influenciado por fatores econômicos, sociais e políticos, portanto, demanda diferentes olhares. Assim sendo, cada teoria pode oferecer um conjunto distinto de conceitos e princípios que sirvam de instrumentos para análise do fenômeno.

Neste sentido, como as teorias econômicas clássicas de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman abordariam o desafio contemporâneo da desigualdade econômica global? Que contribuições poderiam oferecer para a compreensão desse fenômeno complexo? Essas questões se constituem no desafio deste trabalho.

A justificativa para estudar como as teorias econômicas clássicas abordariam o problema contemporâneo da desigualdade econômica global reside na relevância dessas perspectivas para a compreensão de fenômenos socioeconômicos complexos. Essas teorias oferecem diferentes estruturas conceituais e abordagens analíticas que podem lançar luz sobre as causas, implicações e propor reflexões importantes sobre o problema da desigualdade econômica que afeta a humanidade em escala mundial.

As teorias de pensadores clássicos na área da Economia têm relevância histórica duradoura e continuam a influenciar o pensamento econômico e político. Estudar como essas perspectivas se aplicariam ao problema contemporâneo da desigualdade econômica permite uma compreensão mais aprofundada de suas implicações na economia global. Além disso, esse fenômeno social é um desafio crescente que transcende fronteiras nacionais e demanda soluções coletivas. Compreender como diferentes teorias econômicas clássicas interpretariam e abordariam essa disparidade pode proporcionar *insights* valiosos para o estudo, fornecendo uma

base crítica para avaliar as políticas econômicas atuais e inspirar ajustes ou reformulações das políticas em larga escala.

Este estudo tem por objetivo geral analisar e compreender como as teorias econômicas clássicas de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman abordariam o fenômeno contemporâneo da desigualdade econômica global, com o intuito de proporcionar reflexões sobre o tema, apoiadas nas diferentes perspectivas teóricas selecionadas, que colaborem com o enfrentamento desse desafio.

Especificamente, busca-se analisar os principais conceitos de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman relacionados à teoria econômica, com o propósito de identificar as perspectivas específicas de cada autor sobre a origem, natureza e possíveis soluções para a desigualdade econômica. Ainda, intenta-se, avaliar criticamente a aplicabilidade das teorias econômicas clássicas ao contexto contemporâneo da economia, examinando como cada perspectiva abordaria questões atuais de desigualdade. Essa análise visa fornecer *insights* para a formulação de políticas e estratégias que possam contribuir para a redução da desigualdade econômica no mundo moderno.

## II. Referencial Teórico

De acordo com as evidências apresentadas por Ganem (2012), Adam Smith (1723-1790), é apontado como precursor da economia moderna tendo como referência o livro intitulado “A Riqueza das Nações”, com publicação em 1776. Nessa obra, é destacado o conceito de “mão invisível” do mercado em consonância com a livre concorrência. Tal expressão é utilizada para explicar como o interesse individual de um agente econômico pode ser benéfico para a sociedade em sua totalidade, tendo como base que o mercado livre e efetivo, onde a exploração do lucro individual tenha propósito vantajoso para a coletividade.

Em apoio a essa argumentação, foi identificado por Smith, que a economia surgiu como uma grande teoria que vinha explicar de forma científica a ordem liberal do mercado. Smith mostra em sua obra, a lógica racional do mercado liberal de forma pura, natural e verdadeira, apoiados na afirmação de que os interesses privados, em lugar de causar conflitos, são direcionados por uma “mão invisível” que tem como direcionamento o bem-estar da coletividade.

Outro ponto destacado em seu livro “A Riqueza das Nações”, Smith (2023), demonstra a importância da divisão do trabalho para o aumento da produtividade. Ao especializar as tarefas, os trabalhadores podem aprimorar suas habilidades em uma área específica, resultando em uma produção mais eficiente e, conseqüentemente, aumentando a produção de riqueza. Smith contribuiu para o desenvolvimento da teoria do valor-trabalho, afirmando que o valor de um bem é determinado pelo trabalho necessário para produzi-lo. Essa teoria foi posteriormente desenvolvida e ratificada por outros economistas, como David Ricardo e Karl Marx.

O autor defendeu, ainda, a ideia de que a competição livre e aberta é crucial para o funcionamento eficiente do mercado. A concorrência, segundo Smith, regula os preços, incentiva a inovação e garante que os recursos sejam alocados da maneira mais eficaz possível.

Embora seja frequentemente associado à defesa do *laissez-faire*, Smith não era um defensor total da ausência de intervenção estatal. Ele reconhecia a necessidade de certas funções governamentais, como a defesa nacional, a aplicação da lei e a educação pública. Em contrapartida, Smith reconhece e afirma a importância da acumulação de capital para o desenvolvimento econômico, por meio da geração de riqueza. O investimento e a poupança, segundo ele, são essenciais para o crescimento econômico a longo prazo.

Outra questão de extrema relevância é tratada por Karl Marx, (1818-1883) filósofo, economista e sociólogo alemão, que desenvolveu uma teoria econômica e social conhecida como marxismo. Sua obra é fundamental para a compreensão da teoria econômica marxista, que enfatiza a luta de classes e a crítica ao sistema capitalista. O primeiro volume do “O Capital” foi lançado em 1867, e os demais foram editados por Friedrich Engels e publicados, em anos posteriores, após sua morte.

Seguindo essa linha de pensamento de Marx, o materialismo histórico é uma metodologia que serve para entender a evolução da sociedade humana. Ele argumentava que as relações de produção e as formas como as pessoas produzem bens e serviços, moldam as estruturas sociais e determinam o curso da história. Identificou ainda diferentes modos de produção ao longo da história, como o feudalismo e o capitalismo. Ele previu que o capitalismo, com suas contradições internas, poderia dar lugar a uma sociedade sem classes, o comunismo.

A ideia de luta de classes é central em sua teoria, ele analisava a história como uma série de conflitos entre classes sociais, com a classe trabalhadora (proletariado) eventualmente superando a classe capitalista (burguesia), resultando em uma sociedade igualitária.

Nesse contexto, segundo Bertoldo (2016), Max e Engels concordam que a existência de conflitos entre as classes sociais tem se caracterizado como a principal ação da história, reconhecendo que características próprias são encontradas em cada sociedade, mas há a existência de compartilhamento de algo comum: a exploração de um indivíduo por outro, de maior poder, ou condição financeira.

Assim, Marx (1985), desenvolveu um dos conceitos econômicos centrais de sua obra, o da mais-valia. Ele argumentou que os trabalhadores produzem mais valor do que recebem em salários. A mais-valia

corresponde, então, à diferença entre o valor do trabalho realizado pelo trabalhador e o valor que o trabalhador recebe em salários, o que geraria uma condição de alienação.

O conceito de alienação descreve como os trabalhadores se sentem separados do produto de seu próprio trabalho e do processo de produção. Marx identificou diferentes formas de alienação, incluindo alienação do produto, do processo, da espécie e do outro.

Como mencionado por Viana, 2012, em seus estudos sobre Marx, a existência da alienação do trabalho só acontece quando é algo externo ao trabalhador, de modo a não fazer parte de sua natureza e assim, não se sentir realizado no trabalho, causando a exaustão e ficando mentalmente deprimido.

Neste sentido, o trabalhador possui apenas o sentimento de estar bem, em seu tempo livre do trabalho, pois o trabalho não satisfaz suas necessidades, sendo apenas um meio para atendimento de alguns propósitos básicos, como o da sobrevivência.

A evidência da alienação do trabalho é notória e compulsiva, levando o trabalhador a evitar o trabalho pois passa a considerá-lo como algo extremamente prejudicial. Em síntese, o fato de o trabalho ser algo externo ao trabalhador, caracteriza que este não trabalha para si, mas para outra pessoa. No trabalho, o trabalhador não se sente dono de si mesmo, mas sim como se pertencesse a outra pessoa, é fato.

Outro fator relevante é o termo "materialismo dialético", frequentemente associado a Karl Marx e Friedrich Engels, que desenvolveram e aplicaram essa abordagem em sua análise filosófica e social. A expressão é uma parte central da filosofia marxista e foi introduzida por Marx e Engels para descrever sua interpretação da relação entre a base material da sociedade (condições econômicas) e a superestrutura (instituições, ideias, cultura etc.).

Engels escreveu explicitamente sobre o materialismo dialético no livro "*Anti-Dühring*", publicado pela primeira vez em 1878, onde ele expôs os princípios fundamentais do materialismo histórico e dialético. Nesse sentido, é correto atribuir a criação da expressão "materialismo dialético" a Marx e Engels como parte integrante de sua análise filosófica e socioeconômica. Marx aplicou o materialismo dialético para analisar a sociedade.

Ele via a mudança social como resultado de contradições no sistema econômico. Essa abordagem considera as contradições internas como impulsionadoras do desenvolvimento histórico.

Por fim, Marx previa que, após a revolução proletária, a classe trabalhadora estabelecerá uma ditadura do proletariado como uma fase de transição para o comunismo. Ele via isso como um período de transformação radical das estruturas sociais e econômicas.

Outro nome influente nesta temática é o de John Maynard Keynes (1883-1946), um dos mais influentes economistas do século XX, conhecido por suas teorias sobre política econômica, em especial sua defesa do papel do governo na regulação da economia e na gestão de ciclos econômicos. A principal obra de Keynes, "*A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*", publicada em 1936, é central para a compreensão das suas ideias. Nesta obra, Keynes desenvolveu suas ideias revolucionárias sobre economia, propondo uma teoria que questionava as visões clássicas dominantes da época, com influência significativa na teoria econômica, especialmente durante e imediatamente após a "Grande Depressão".

Para (Keynes, 1982), a economia nem sempre se autoajusta ao pleno emprego e que, em períodos de recessão, a intervenção do governo é necessária para estimular a demanda efetiva. Keynes destacou a importância da demanda efetiva como determinante do nível de emprego. A demanda total na economia, composta pelo consumo, investimento e gastos governamentais, é crucial para a atividade econômica.

Outros conceitos importantes desenvolvidos por Keynes tratam da Propensão Marginal a Consumir (PMC), que representa a fração do aumento da renda que as pessoas estão dispostas a gastar em consumo, e a Propensão Marginal a Poupar (PMP), que trata a fração que as pessoas preferem poupar. Esses conceitos são fundamentais para entender como mudanças na renda afetam o consumo e a poupança.

O conhecido Conceito Multiplicador Keynesiano (CMK) ilustra como uma mudança nos gastos autônomos (por exemplo, investimentos governamentais) pode levar a um aumento proporcional no produto nacional. Isso destaca o impacto positivo que os gastos públicos podem ter em uma economia em recessão.

Keynes analisou a liquidez e a armadilha da liquidez, ou seja, a relação entre preferência pela liquidez (desejo das pessoas por dinheiro em vez de ativos) e a taxa de juros. Ele argumentou que, em determinadas circunstâncias, a economia pode entrar em uma "armadilha da liquidez", na qual as taxas de juros baixas não estimulam o investimento suficientemente. Keynes analisa a função "consumo", relacionando-o com a renda disponível. Essa função destaca que o consumo não aumenta na mesma proporção que a renda, indicando que parte da renda é poupada.

Por fim, Keynes defendeu a intervenção governamental para estabilizar a economia, especialmente através de políticas fiscais, como aumentos nos gastos públicos durante recessões e redução durante períodos de crescimento econômico.

Esses são alguns dos principais conceitos teóricos de John Maynard Keynes, que influenciaram significativamente as políticas econômicas ao longo do século XX e continuam a ser debatidos e adaptados nos dias atuais.

A aplicação da teoria Keynesiana para compreensão dos fenômenos econômicos e geopolíticos contemporâneos, se evidencia de diferentes maneiras, como, por exemplo, no trabalho apresentado em Congresso, por (Brandão, 2020), sobre a “Economia versus Saúde diante da pandemia: como as estratégias e políticas anticíclicas têm sido utilizadas”, em vista da pandemia de COVID-19, que ocorreu no início desta década.

Para Brandão (2020), ainda que o capitalismo venha a gerar excedentes caracterizando um sistema dinâmico, é necessário salientar as contradições referentes às desigualdades socioeconômicas, tendo como resultados crises periódicas. John Maynard Keynes demonstra preocupação em como minimizar esses impactos negativos das depressões e buscar maneiras de encurtá-las.

No que se refere a Friedrich Hayek (1899-1992) um renomado economista e filósofo austríaco, é conhecido por várias obras importantes, dentre elas uma das publicações mais influentes é "O Caminho da Servidão", publicado em 1944. Neste livro, (Hayek, 2010) discute os perigos da planificação centralizada e argumenta a favor da liberdade individual, destacando como a intervenção excessiva do Estado pode levar a uma sociedade totalitária.

"O Caminho da Servidão" tornou-se uma obra seminal no campo do pensamento econômico e político, sendo elogiada por seu alerta contra a expansão excessiva do governo e por sua defesa da economia de mercado. Hayek recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 1974, em parte, por seu trabalho pioneiro nesta obra.

Hayek (2010), argumenta que a ordem social e econômica não é resultado de planejamento centralizado, mas sim de uma "ordem espontânea" que emerge de forma descentralizada por meio das interações individuais no mercado. Ele vê o mercado como um sistema de informação distribuída de forma eficiente, por isso destacou a importância do conhecimento específico entre os indivíduos na sociedade.

Ao argumentar que nenhum planejador central poderia ter acesso a toda a informação necessária para tomar decisões eficientes, ao contrário do que ocorre em um mercado descentralizado, Hayek enfatizava que os preços de mercado servem como sinais cruciais de informações, refletindo a escassez relativa dos recursos e orientando as decisões individuais de produção e consumo.

Em colaboração com outros economistas, Hayek contribuiu para a teoria austríaca dos ciclos econômicos. Ele argumentava que expansões monetárias desencadeavam distorções na estrutura produtiva, resultando em crescimentos artificiais seguidos por recessões necessárias para a correção dessas distorções na economia. Ele acreditava que o planejamento centralizado levava à falta de flexibilidade e adaptação, resultando em ineficiências e possíveis consequências negativas para a liberdade individual.

Hayek via a competição como um processo de descoberta, onde diferentes empresas buscam maneiras mais eficientes de atender às necessidades dos consumidores. A competição, nesse sentido, é um mecanismo vital para promover a inovação e a eficiência. Hayek adotou o individualismo metodológico, argumentando que as análises econômicas devem se concentrar nas escolhas e ações individuais, em vez de tratar as coletividades como agentes únicos. Ele via a sociedade como composta por indivíduos com conhecimento único e perspectivas diferentes.

Além disso, enfatizava a importância do Estado de Direito como um requisito para a liberdade individual. Ele argumentava que as leis devem ser gerais, previsíveis e aplicáveis igualmente a todos, proporcionando um ambiente no qual os indivíduos possam agir de forma livre e responsável. Conforme Carvalho (2008), para compreensão de fatos sociais, é primordial a análise do indivíduo em seu grupo social, pois assim pode-se entender a complexidade da adversidade resultante da interação social.

Milton Friedman (1912-2006), foi um economista que desempenhou um papel fundamental na promoção das ideias do liberalismo econômico. É conhecido por suas ideias sobre a importância da oferta de moeda e da política monetária, bem como pela crítica ao intervencionismo estatal na economia, tendo como principal obra, “Capitalismo e Liberdade”, que foi publicada em 1962.

Friedman, 1985, articula ideias sobre a relação entre liberdade política e liberdade econômica, defendendo a ideia de que o capitalismo é um meio fundamental para promover a liberdade individual. Ele argumenta a favor da redução do papel do Estado na economia, e da promoção de mercados livres como uma maneira de alcançar maior eficiência e liberdade.

Friedman, como membro proeminente da Escola de Chicago, se destacou por sua ênfase na teoria monetária e na defesa do livre mercado. Uma das suas contribuições mais significativas foi a teoria monetarista, que enfatiza a importância do controle da oferta de moeda como meio de controlar a inflação e promover a estabilidade econômica. Ele argumentava que as flutuações na oferta de moeda têm um impacto direto sobre o nível de atividade econômica.

Friedman revitalizou a "Quantidade da Teoria da Moeda", que propõe uma relação direta entre a quantidade de dinheiro em circulação e o nível geral de preços. Ele defendia que as autoridades monetárias deveriam buscar uma taxa constante de crescimento da oferta de moeda para evitar instabilidades econômicas; acreditava na neutralidade monetária a longo prazo, o que significa que mudanças na oferta de moeda afetariam apenas os níveis de preços, não as variáveis reais, como produção e emprego.

O autor, desafiou a visão convencional do *trade-off* entre inflação e desemprego, como proposto pela “Curva de Phillips” de curto prazo. Ele argumentava que, a longo prazo, essa relação não se sustentava, introduzindo a ideia de que tentativas de reduzir o desemprego por meio de políticas expansionistas acabariam resultando apenas em inflação. Friedman propôs um imposto sobre o consumo como uma alternativa mais eficiente em termos econômicos em comparação com impostos sobre a renda. Ele acreditava que isso incentivaria o consumo e o investimento, impulsionando o crescimento econômico.

Ao incorporar o conceito de escolha racional em sua análise econômica, passou a argumentar que os agentes econômicos tomam decisões com base em uma avaliação racional de custos e benefícios. Como um crítico ferrenho da intervenção excessiva do governo na economia, defendia os mercados livres e menos regulamentações, destacando a eficiência do setor privado.

Contudo, Friedman (1985), alerta para a importância do governo em identificar a existência do livre comércio, não direcionado ou alienado ao governo, muito pelo contrário, as regras dever ser criadas pelo governo e este deve agir como mediador em sua aplicação e cumprimento. Com a prática do mercado livre, isso ocasiona também uma redução em fatos e decisões políticas relacionados ao governo na economia.

Esses são alguns dos principais conceitos associados a Milton Friedman, que influenciaram profundamente o pensamento econômico e as políticas públicas ao longo do século XX e continuam a ser discutidos no momento atual.

Em suma, os pensadores clássicos da economia apresentam uma variedade de abordagens e teorias que, mesmo divergentes em aspectos estruturais, têm contribuído para moldar a compreensão dos problemas gerados pela economia e seus aspectos no mundo globalizado. Esses pensadores moldaram os fundamentos da teoria econômica e suas ideias são frequentemente revisitadas e reinterpretadas à luz dos desafios atuais, por vezes combinando elementos desses autores em uma síntese que busca compreender a complexidade dos fenômenos socioeconômicos.

Embora esses pensadores tenham visões distintas, por vezes, contraditórias, suas ideias se complementam em diversos aspectos, favorecendo a incorporação de elementos de cada abordagem para formar uma compreensão mais abrangente e aplicável às complexidades da Economia. As discussões sobre o papel do estado, regulação, desigualdade e globalização continuam a ser temas-chave nos debates econômicos, refletindo a influência duradoura desses pensadores.

### **O olhar das teorias sobre a realidade**

Ao analisar as teorias clássicas de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman em relação ao fenômeno contemporâneo da desigualdade econômica global, emergem ideias valiosas sobre as diferentes perspectivas e abordagens oferecidas por esses pensadores. Cada teoria, enraizada em seu contexto histórico, contribui de maneira única para a compreensão do problema.

A revisão das obras revelou que Adam Smith, com sua ênfase na mão invisível do mercado, destaca a importância do livre comércio e da busca do interesse próprio para promover o bem comum. No entanto, seu reconhecimento da necessidade de justiça social também ressoa nas discussões contemporâneas.

Karl Marx, por outro lado, concentra-se na crítica ao capitalismo, destacando a luta de classes e a exploração do trabalho como elementos intrínsecos ao sistema. Sua análise sugere a necessidade de uma transformação radical na estrutura econômica.

John Maynard Keynes, por sua vez, propõe uma intervenção ativa do Estado para gerenciar a demanda efetiva e enfrentar as flutuações econômicas, especialmente durante períodos de recessão. Suas ideias continuam a influenciar políticas voltadas para a estabilidade econômica e o pleno emprego.

A visão de Friedrich Hayek destaca a importância da ordem espontânea e critica a intervenção estatal excessiva, defendendo a liberdade individual e a autodeterminação econômica. Suas ideias têm implicações para a discussão sobre os limites da intervenção governamental.

Milton Friedman, por meio do monetarismo, enfatiza o controle da oferta de moeda como um meio de estabilizar a economia, argumentando em favor de políticas que promovam a estabilidade macroeconômica. Sua perspectiva influenciou políticas monetárias em diferentes contextos.

Em última análise, as teorias clássicas continuam a desempenhar um papel crucial na moldagem do debate econômico contemporâneo e na formulação de estratégias para promover a equidade econômica entre os países. A análise comparativa destas teorias fornece uma base sólida para a reflexão crítica e para busca de soluções inovadoras, que incorporem as perspectivas diversas e complementares desses constructos, para que sirvam de instrumentos, de lupas, que ampliem a compreensão sobre as difíceis questões geopolíticas que enfrenta a humanidade.

### **Análise das Teorias Econômicas, com aplicações na Escandinávia & Estados Unidos**

Ao aplicar essas teorias a exemplos contemporâneos, como a redistribuição de renda na Escandinávia e a desigualdade nos Estados Unidos, observamos como as teorias clássicas podem ser interpretadas e adaptadas para abordar os desafios específicos do mundo atual.

A distribuição de renda na Escandinávia, região composta por países como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia, destaca-se internacionalmente devido à sua abordagem única para equidade econômica. A Escandinávia é conhecida por suas Políticas de Bem-Estar Social abrangentes, que visam garantir uma distribuição mais igualitária dos benefícios econômicos. Isso inclui sistemas robustos de saúde, educação e seguridade social, refletindo uma abordagem keynesiana na promoção da demanda efetiva por meio de investimentos públicos.

A tributação progressiva é uma característica própria da região. Impostos mais altos sobre rendas mais elevadas e um sistema tributário abrangente são estratégias que se alinham a princípios keynesianos e marxistas, buscando reduzir as disparidades de renda.

A forte presença de sindicatos e o sistema de negociações coletivas contribuem para garantir salários justos e condições de trabalho equitativas. Essa abordagem reflete tanto elementos da teoria marxista, no sentido de abordar as relações de classe, quanto elementos keynesianos, ao incentivar a estabilidade social e a demanda agregada.

A Escandinávia implementa uma forma de "Capitalismo de Bem-Estar Social", onde o mercado é mantido, mas ativamente regulamentado para garantir justiça e igualdade. Isso ressoa com as ideias de Adam Smith, adaptando-as para uma abordagem mais orientada para o bem-estar social.

A ênfase na educação e pesquisa como pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico e social reflete uma abordagem keynesiana, investindo na construção de capital humano para promover o crescimento sustentável.

A busca ativa pela igualdade de gênero é uma característica notável na Escandinávia, com políticas voltadas para reduzir as disparidades salariais e promover a igualdade de oportunidades. Isso pode ser interpretado à luz das teorias marxistas, destacando a importância de abordar não apenas a desigualdade de classe, mas também outras formas de desigualdade.

A abordagem escandinava incorpora uma visão holística para o desenvolvimento sustentável, incluindo preocupações ambientais e sociais. Essa perspectiva ampla reflete uma resposta à crítica de Karl Marx sobre as externalidades do capitalismo e a necessidade de considerar fatores além da produção e distribuição puramente econômicas.

Este estudo sobre a distribuição de renda na Escandinávia destaca como essas práticas podem ser interpretadas à luz das teorias econômicas clássicas. A combinação de elementos keynesianos, marxistas e liberais destaca a flexibilidade dessas teorias em serem adaptadas para enfrentar os desafios contemporâneos da desigualdade econômica. Essas práticas fornecem um campo fértil para a reflexão crítica sobre como diferentes teorias podem convergir na busca por uma sociedade mais equitativa.

Em confronto, a desigualdade de renda nos Estados Unidos tem sido uma preocupação persistente e se intensificou ao longo das últimas décadas. Uma análise mais detalhada dessa situação, à luz das teorias econômicas clássicas, revela os desafios e complexidades subjacentes.

A crescente disparidade salarial nos Estados Unidos reflete a concentração de renda entre as camadas mais altas da sociedade. Essa realidade pode ser interpretada à luz da crítica de Karl Marx à exploração do trabalho e à acumulação de capital nas mãos de uma minoria privilegiada.

A análise das Políticas Fiscais, especialmente a redução de impostos para os mais ricos, evidencia uma abordagem liberal que se alinha com as ideias de Milton Friedman e a escola monetarista. Essas políticas podem influenciar diretamente a distribuição de renda.

A persistência de Barreiras à Mobilidade Social nos EUA, onde o status socioeconômico de uma pessoa muitas vezes é fortemente influenciado pelo de seus pais, destaca desafios estruturais e pode ser interpretada através da lente das teorias marxistas.

A Concentração de Poder Corporativo, com grandes empresas exercendo influência significativa sobre a economia, pode ser analisada sob a perspectiva de Friedrich Hayek e sua preocupação com os perigos da intervenção estatal excessiva. No entanto, também levanta questões sobre a necessidade de regulamentação eficaz para evitar abusos de poder.

A crescente desigualdade nos Estados Unidos contribui para tensões sociais e políticas com efeito em todo o mundo. Essa dinâmica pode ser interpretada à luz das preocupações de John Maynard Keynes sobre a instabilidade social resultante de disparidades econômicas extremas e a necessidade de intervenção governamental para manter a demanda efetiva.

As desigualdades no acesso à educação e ao sistema de saúde destacam-se como preocupações críticas. Essa realidade pode ser interpretada sob o aspecto das teorias keynesianas, que enfatizam a importância dos investimentos públicos para criar uma base sólida que proporcionará o desenvolvimento econômico sustentável.

A influência da tecnologia e da globalização na desigualdade de renda pode ser analisada sob a perspectiva de diversas teorias, incluindo a abordagem de Adam Smith sobre a divisão do trabalho e a inovação tecnológica, bem como as preocupações marxistas sobre o impacto do capitalismo globalizado.

Portanto, a desigualdade nos Estados Unidos destaca a necessidade de abordagens multidimensionais, combinando elementos das teorias econômicas clássicas. Políticas que buscam equilibrar o livre mercado com intervenções regulatórias, investimentos sociais e a promoção da equidade podem representar uma resposta mais abrangente. Essa análise revela que a desigualdade de renda nos Estados Unidos é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores econômicos, sociais e políticos.

## **Discussões, Análises e Efeitos Comparativos**

A comparação entre a Escandinávia e os Estados Unidos, no que tange a economia de cada país, seus sistemas sociais e políticas públicas, oferece a oportunidade para análise de diversos aspectos, considerando o olhar das teorias dos teóricos selecionados para pesquisa, a saber:

### 1) Política de Bem Estar Social

**Escandinávia:** A região escandinava é conhecida por suas políticas de bem-estar social abrangentes, proporcionando serviços públicos, saúde e educação de alta qualidade. Essa abordagem reflete uma interpretação keynesiana e social-democrata, enfatizando a intervenção governamental para promover a equidade e a estabilidade social.

**Estados Unidos:** Em contraste, os Estados Unidos têm uma abordagem mais orientada para o mercado, com um sistema de bem-estar menos desenvolvido. Isso está alinhado com ideias liberais e monetaristas, que priorizam a liberdade individual e minimizam a intervenção governamental.

2) Tributação Progressiva

**Escandinávia:** A tributação progressiva é uma característica proeminente na Escandinávia, com impostos mais altos sobre rendas mais elevadas. Essa abordagem se alinha a princípios keynesianos e marxistas, buscando reduzir as disparidades de renda.

**Estados Unidos:** Os Estados Unidos, historicamente, têm implementado reduções de impostos para os mais ricos, refletindo uma abordagem mais liberal que busca incentivar o crescimento econômico por meio da redução da carga tributária sobre as classes mais afluentes.

3) Negociações Coletivas e Sindicatos

**Escandinávia:** A forte presença de sindicatos e o sistema de negociações coletivas são pilares na Escandinávia, garantindo salários justos e condições de trabalho equitativas. Isso reflete ideias marxistas e institucionalistas sobre a importância da organização trabalhista.

**Estados Unidos:** Embora existam sindicatos nos Estados Unidos, sua influência é menor quando comparado à Escandinávia. A abordagem é mais orientada para o livre mercado, com negociações individuais sendo mais comuns.

4) Desigualdade de Renda e Mobilidade Social

**Escandinávia:** A Escandinávia possui níveis mais baixos de desigualdade de renda e barreiras menores à mobilidade social. Isso é consistente com abordagens keynesianas e sociais-democratas, que buscam garantir uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos.

**Estados Unidos:** Os Estados Unidos enfrentam desafios significativos em relação à desigualdade de renda e à mobilidade social. Essa realidade pode ser interpretada à luz das preocupações de Keynes sobre instabilidade social resultante de disparidades econômicas extremas.

5) Enfoque na Educação e Pesquisa

**Escandinávia:** A ênfase na educação e pesquisa é uma característica central na Escandinávia, alinhando-se a princípios keynesianos de investimento em capital humano para promover o desenvolvimento sustentável.

**Estados Unidos:** Embora os Estados Unidos invistam significativamente em pesquisa e desenvolvimento, os desafios no acesso à educação e ao sistema de saúde destacam áreas onde a abordagem pode ser interpretada à luz das teorias clássicas.

6) Ambiente de Negócios e Capitalismo

**Escandinávia:** Apesar das políticas sociais abrangentes, a Escandinávia mantém um ambiente de negócios próspero. Essa combinação destaca uma abordagem híbrida que incorpora elementos do capitalismo e da regulamentação estatal.

**Estados Unidos:** Os Estados Unidos são conhecidos por seu ambiente de negócios dinâmico e orientado para o mercado, refletindo uma abordagem mais liberal em relação ao capitalismo.

7) Impacto da Tecnologia e Educação

**Ambos:** Tanto a Escandinávia quanto os Estados Unidos enfrentam desafios relacionados ao impacto da tecnologia e da globalização. Isso reflete preocupações comuns sobre como as economias modernas lidam com inovação e competição global.



### **III. Metodologia**

Foi realizada uma revisão abrangente das principais contribuições teóricas de Adam Smith, Karl Marx, John Maynard Keynes, Friedrich Hayek e Milton Friedman. Com o propósito de elaborar uma análise comparativa das possíveis abordagens de cada teoria em relação aos problemas contemporâneos de desigualdade econômica; e identificar convergências, divergências e complementaridades entre as teorias, destacando seus pontos fortes e limitações. Assim, intenta-se analisar exemplos contemporâneos de desigualdade econômica global, identificando tendências, padrões e casos específicos que possam ser interpretados à luz das teorias dos pensadores clássicos. Isso envolveu a aplicação prática das teorias a situações do mundo real. Para tanto, o estudo lança mão de dois exemplos atuais de economias distintas: Escandinávia e Estados Unidos.

Por fim, a análise desses exemplos de economias contemporâneas permitiu destacar tendências, padrões e casos específicos que puderam ser interpretados com base nas teorias estudadas, envolvendo a aplicação prática das teorias a situações reais atuais.

### **IV. Conclusão**

A comparação entre as economias da Escandinávia e dos Estados Unidos destaca a complexidade de aplicar teorias econômicas clássicas em diferentes contextos. Enquanto a Escandinávia adota uma abordagem mais social-democrata, priorizando a igualdade e a intervenção governamental, os Estados Unidos seguem uma trajetória mais orientada para o livre mercado, buscando a maximização da liberdade individual. Ambos os modelos possuem méritos e desafios, demonstrando a diversidade de estratégias que podem surgir dentro do espectro das teorias econômicas clássicas.

Por fim, as teorias oferecem perspectivas distintas sobre o desafio contemporâneo da desigualdade econômica global. Cada uma dessas perspectivas reflete abordagens diversas sobre como lidar com o problema, variando desde a confiança no mercado livre até a defesa da intervenção governamental e até a crítica radical ao sistema capitalista. A interação complexa desses elementos nas práticas econômicas e políticas de diferentes países molda a eficácia das teorias clássicas na redução ou agravamento da desigualdade econômica. A análise abrangente, desses fatores específicos, realizada neste estudo, pode fornecer contribuições valiosas sobre como adaptar essas teorias para enfrentar os desafios contemporâneos.

### **Referências**

- [1]. Bertolo, Edna. (2016). *Marxismo, Luta de Classe e Opressões: A Educação em Questão*. Salvador, v. 8, n. 1, p. 73-90.
- [2]. Carvalho, Roncaglia. (2008). *O conceito de individualismo metodológico em Hayek revisitado* - Revista Análise Econômica, Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 83-109.
- [3]. Friedman, Milton. (1985). *Capitalismo e liberdade*. 2. ed., Rio de Janeiro: Artenova.
- [4]. Ganem, Angela. (2002). *Economia e filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith*. Revista de Economia Política, v. 22, n° 4 (88), pp 670-684.
- [5]. Ganem, Angela. (2012). *O mercado como ordem social em Adam Smith, Walras e Hayek*. Economia e Sociedade. Campinas. v.21 n° 1, (44) p.143 a 164.
- [6]. Hayek, August Friedrich. (2010). *O Caminho da Servidão*. Instituto Ludwig Von Mises Brasil. LVM Editora; 1ª edição.
- [7]. Keynes, John Maynard. (1982). *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, (livro publicado em 1936). 1 ed., Ed. Atlas.
- [8]. Marx, Karl. (1985). *Obras Completas Karl Marx e Friedrich Engels* - Edição completa em 3 Vols. Editora: Alfa-Omega.
- [9]. Ornelas, Eduardo Brandão. (2020). *A Teoria Keynesiana, o Brasil e a Narrativa "Economia versus Saúde" Diante da Pandemia: Como as Estratégias e Políticas Anticíclicas têm Sido Utilizadas?* XI Congresso de História Econômica: Economia de guerra: geopolítica em tempos de pandemia. São Paulo - SP.
- [10]. Smith, Adam. (2023). *A Riqueza das Nações*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, p. 672.
- [11]. Viana, Nildo. (2012). *A Alienação como Relação Social*. Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais - UEG/UnU Iporá, v. 1, n. 2, p. 23-42.